REGISTRO

2015
20/Maio
Nº 286
CUT

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

RECONSTRUÇÃO

COMEÇAM AS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO COLETIVO

Chegou a hora de comprovarmos se serão efetivadas as mudanças prometidas contra o desmanche tucano, que perseguia os trabalhadores na Copasa há 12 anos e que nos forçou a greves históricas para mantermos nossos direitos.

A marca deixada pela tucanada foi o sucateamento, que resultou em precarização das condições de trabalho, terceirização desenfreada, perda de qualidade dos serviços e consequentes quebras de contratos de concessões.

Desde que os tucanos abandonaram o compromisso social da empresa e a meta de universalização do saneamento, para buscar incessantemente o lucro para acionistas, a Copasa virou as costas para o povo de Minas, os consumidores de serviços, exatamente quem sustenta a empresa.

Chegou a hora de resgatarmos uma Copasa de compromissos sociais, de reinvestir na universalização do saneamento, de valorizar trabalhadores e prestar serviços de qualidade.

Convocamos toda a categoria para uma ampla mobilização e exigir os compromissos assumidos de resgate da valorização do nosso trabalho.

Campanha Salarial 2015

VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR

- Incorporação da GDI ;
- Fim do porte nos salários;
- Revisão do PCCS da tabela salarial;
- Renovação das concessões;
- Fim do sucateamento da empresa

PARA O RESGATE DA COPASA SOCIAL

Primeira reunião dia 22

A direção da Copasa confirmou a primeira reunião de negociações do Acordo Coletivo 2015 para o próximo dia 22, sexta-feira.

O SINDÁGUA mantém a campanha unificada com o Senge e o Saemg e seremos também acompanhados pela assessoria técnica do Dieese.

NEM TUDO SÃO FLORES COM A NOVA DIREÇÃO DA COPASA

Os trabalhadores estão em polvorosa com uma medida estúpida tomada pela direção da Copasa: proibir procedimentos solicitados pelo médico dentro dos exames periódicos.

Dentro da diretoria há quem fale só em "corte de custos" e parece não querer medir onde vai cortar, mesmo correndo o risco de matar e fazer adoecer quem trabalha. Já começamos a identificar o espinho que teremos pela frente. Veja as primeiras dificuldades com a nova gestão.

Páginas 3 e 4

INPC ACUMULADO FICA EM 8,34%

TAXA DO MÊS, MEDIDA PELO IBGE, CHEGOU A 0,71% EM ABRIL

A inflação acumulada em um ano, medida pelo INPC (IBGE), chegou a 8,34% até 30 de abril, sendo este índice, junto com o ganho real de 5% reivindicado pela categoria, que discutiremos na mesa de negociações com a Copasa para aplicação nos salários em nossa data-base de 1º de maio.

Abril registrou uma inflação de de 0,71%, bem abaixo da registrada em março, que havia ficado em 1,51%. O índice de abril deste ano é também menor do que o registrado no mesmo mês de 2014, quando apresentou uma evolução de 0,78%.

Já com a data-base assegurada, a direção do SINDÁGUA aguarda a convocação pela Copasa para iniciarmos o processo de negociações do Acordo Coletivo de Trabalho da Categoria, devendo a empresa ainda nomear os integrantes de sua comissão que discutirá a "pauta de reivindicações" dos trabalhadores com as representações sindicais.

Temos neste ano uma grande preocupação em avançar, sobretudo, em reivindicações emergentes da categoria, consideradas os "carros-chefes" de nossa campanha salarial:

- **Incorporação da GDI plena (16,5%) nos salários;**
- **Fim da política de porte nos salários;**
- **Revisão da tabela salarial e a discussão do plano de cargos e salários;**
- **Fim da terceirização.**

ADITAMENTO DE PPP DO MANSO PERMITE AO GOVERNO AUMENTAR CAPITAL NA COPASA

A direção da Copasa prestou esclarecimentos ao Sindicato de forma a descaracterizar uma "nova PPP" no Manso para as obras que permitirão transferir água do Rio Paraopebas para o reservatório do Sistema.

Segundo a empresa, será realizado um termo aditivo de contrato para execução de obras com materiais inclusos, para construção de redes para captação de 5m³ por segundo de água do Rio Paraopeba para suprir a captação do Rio Manso. O prazo para conclusão é até dezembro de 2015, num valor de R$ 123 milhões, sem que sejam utilizados recursos da empresa. Os recursos serão aportados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que, desta forma, aumenta seu capital na empresa.O SINDÁGUA MG estará examinando e acompanhando os custos e a sua execução.

COPASA QUER FAZER ECONOMIA CORTANDO DIREITOS COMO EXAME PERIÓDICO E ACELERAR DEMISSÕES DE APOSENTADOS

Sindicato procurou a diretoria de gestão para que trabalhadores não sejam prejudicados

O Sindicato reuniu-se com o diretor de Gestão Corporativa da Copasa (DGC), Francisco Cançado, para esclarecer vários pontos de preocupação dos trabalhadores. Chegaram a nós reclamações absurdas de trabalhadores proibidos de realizar procedimentos indicados pelo médico do trabalho no exame periódico, proibição de horas-extras, ampliando o trabalho para empreiteiras, tudo na contramão da proposta do governo de resgate das melhores condições de trabalho e recuperar a qualidade dos serviços públicos como o da Copasa.

Na reunião, fomos tranquilizados pelo diretor, Franscisco Cançado, que se comprometeu de reunir com os responsáveis do setor para que sejam cumpridas as exigências legais.

RESPEITO A DATAS PROGRAMADAS NOS DESLIGAMENTOS

Outra medida desastrosa era a intenção da empresa em demitir imediatamente 296 trabalhadores inscritos no Plano de Desligamento Voluntário (PDV), como forma de cortar custos na empresa.

Argumentamos que os trabalhadores se inscreveram diante de condições aceitas pela empresa de sairem no tempo que não prejudicassem o plano previdenciário complementar.

Nos entendimentos com a DGC acertamos que os trabalhadores inscritos no PDV e que são participantes do "plano CD" da Libertas, que, programaram sua saída para o ano seguinte em função de não terem completado a idade de 55 anos, terão assegurada a sua permanência até a data necessária.

A permanência na empresa está assegurada também para os trabalhadores participantes da Libertas, inscritos no "plano saldado" ou "plano BD", que programaram sua saída aos 58 anos para terem direito a integralidade do benefício.

Como já havíamos informado anteriormente o PDV foi temporariamente suspenso deste o último dia 7 de maio.

EMPRESA FERE A LEI RESTRINGINDO EXAMES PERIÓDICOS

Trabalhadores que executam atividades de riscos, que lidam com esgotos, com tratamentos químicos, sujeitos a todo tipo de contaminação e outras doenças, além da idade têm garantidos exames específicos e complementares, nos termos da legislação. Algum novo «gestor» que não sabe disto simplesmente mandou meter o facão em procedimentos médicos necessários para o exame periódico, ao qual a empresa é obriga por lei. A ordem foi dada e o setor médico está cumprindo-a à risca, o que pode redundar em uma fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho, se a medida estúpida não for reparada.

Trabalhadores em todo o Estado reclamaram no sindicato sobre a proibição transmitida aos gerentes para proibirem exames solicitados por médicos como parte do exame periódico.

Na DGC fomos informados que a empresa não determinou qualquer alteração no procedimento do "periódico", realizando todos os exames necessários e exigidos pela legislação (NR-07, através da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego). Ainda segundo esta diretoria, nenhum gerente teria sido orientado a coibir a realização dos exames necessários indicados no exame periódico. Mas o Sindicato pôde constatar a existência de um comunicado na área médica, que traz informações contraditórias, onde são proibidos a emissão de guias medicas, tendo o diretor Francisco Cançado informado que não orientou tal procedimento.

Alertamos todos os companheiros para denunciarem ao Sindicato qualquer iniciativa gerencial que contrarie este direito previsto nas normas do PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), para que possamos tomar as medidas necessárias.

TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITE

COPASA ENTREGOU O ATENDIMENTO 115

À EXPLORAÇÃO

Por decisão da diretoria da Copasa, em 2013, os trabalhadores no atendimento 115 tiveram suas atividades entregues à terceirização. Começava aí um grande martírio de 140 trabalhadores nas diversas localidades da empresa para preservarem direitos e evitar todo tipo de ameaça por parte dos patrões.

A gestão anterior da empresa, sem qualquer negociação com a entidade sindical, transferiu esses trabalhadores para áreas administrativas, alterando a sua jornada de trabalho de 6 para 8 horas diárias, sem qualquer compensação financeira, contrariando a legislação e pressionando os empregados a assinarem um temo de aceitação de alteração sem ajuste de salário.

O sindicato exigiu de todas as formas que nenhuma movimentação fosse realizada sem compensações salariais e chegamos a conversar com os companheiros para que ingressássemos na Justiça contra a terceirização. Pressionados pela empresa, estes trabalhadores não autorizaram a ação judicial do Sindicato e ainda solicitaram a concordância da entidade sindical para que os mesmos não fossem retaliados e perseguidos.

- Agora, na nova gestão da Copasa, restam apenas 38 trabalhadores de contratação direta no atendimento 115. De forma inesperada e com exigência de rapidez, todos estão sendo obrigados a buscarem áreas de trabalho, com jornada estendida para 8 horas diárias, mantendo a irregularidade de não fazer a compensação salarial. Procuramos imediatamente o diretor de gestão (DGC) e abrimos uma negociação para evitar esta rapinagem contra os trabalhadores do 115. Foram asseguradas algumas medidas, até que se defina a compensação salarial pela ampliação da jornada de trabalho:
- Os trabalhadores poderão escolher a sua transferência para os locais de seus interesses, possibilitando aos mesmos as proximidades de seu endereço.
- Nas unidades escolhidas, poderão, transitoriamente e temporariamente, com as novas unidades, negociarem a flexibilização dos seus horários para iniciar mais cedo e terminar no horário menor.
- Poderão requerer licença sem vencimento de até dois anos;
- Poderão ser cedidos para órgãos públicos e correlatos, através de convênios com ressarcimento.
- Ficam suspensas por 30 dias, qualquer forma de demissão e também as pressões de tempo para definirem unidade .
- A empresa irá examinar a proposta de criação de cargo no PCCS para compensar as horas ampliadas.

TERCEIRIZAÇÃO ADOECE A EMPRESA, QUE PERDE A QUALIDADE

Para que possamos garantir que os trabalhadores não sejam prejudicados por esta iniciativa de terceirização, tivemos a indicação do Ministério Público do Trabalho para a realização da negociação direta.

Trabalhadores e sindicato aguardam um posicionamento diferenciado daquele adotado pela direção tucana, que veio sucateando a empresa com o processo de terceirização, prejudicando os trabalhadores em seus direitos e enlameando a imagem da própria Copasa com a perda de qualidade dos serviços, que exigiram sempre o retrabalho para consertar os erros dos terceiros.

Sabemos perfeitamente o verdadeiro trauma que enfrentam trabalhadores entregues à terceirização em call centers, em contratos de exploração de mão de obra por algumas empresas bem conhecidas no mercado. O resultado são, salários baixíssimos, nenhum direito respeitado e uma escandalosa rotatividade de mão de obra de trabalhadores doentes pela atividade desumana em que são enquadrados. Qualquer ocorrência neste sentido dentro da Copasa, estaremos denunciando-a solidariamente por companheiros que exercem atividades no 115, além de sermos parceiros com trabalhadores do setor representados pelo Sinttel, para que tomemos as medidas necessárias para garantir as relações de trabalho propugnadas por um governo eleito em compromisso com os Trabalhadores.